

Paper do NAEA

Volume 1, Número 3, Edição/Série 496

Potencialidades para a democratização de bens culturais pelas ocupações artístico-culturais no Centro Histórico São Luís, Maranhão: interlocuções entre políticas públicas de cultura e patrimônio cultural

Donny Wallesson dos Santos¹

Maurício José Morais Costa²

Conceição de Maria Belfort de Carvalho³



RESUMO

Análise das potencialidades para a democratização de bens culturais pelas ocupações artístico-culturais atuantes no Centro Histórico de São Luís. Objetiva caracterizar as atividades desenvolvidas nos coletivos artístico-culturais e identificar as potencialidades de democratização dos bens culturais, bem como a formulação de políticas voltadas para suas ações. Trata-se de um estudo de finalidade aplicada, de natureza exploratória e descritiva, referente à um recorte da pesquisa desenvolvida no Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCult/UFMA). Resulta na discussão da concepção de ocupação artístico-cultural e traz dados sobre a atuação de quatro ocupações atuantes no Centro Histórico de São Luís, Maranhão, descrevendo suas principais ações e contribuições tanto para as políticas públicas de cultura quanto para a preservação e revitalização do patrimônio cultural. Conclui a necessidade de novos estudos sobre o tema, haja vista a necessária discussão acerca do direito à cidade, demonstrando como as ressignificações do espaço público se configuram em ferramentas potentes para a democratização dos bens culturais.

Palavras-chave: Ocupação Artístico-cultural. Patrimônio Cultural. São Luís do Maranhão. Políticas Culturais. Ocupação de Espaços Públicos.

1 Mestrando em Cultura e Sociedade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA). E-mail: dws87@outlook.com.

2 Mestrando em Cultura e Sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC). mauricio.jmc@outlook.com Mestrando em Cultura e Sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC). E-mail: mauricio.jmc@outlook.com.

Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em Estudos Literários (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural. E-mail: kdgedes@gmail.com.

ABSTRACT

Analysis of the potential for the democratization of cultural goods by artistic and cultural occupations working in the Historic Center of São Luís. It aims to characterize the activities developed in artistic-cultural collectives and to identify the potential for democratization of cultural goods, as well as the formulation of policies aimed at their actions. This is an applied-purpose study, exploratory and descriptive in nature, referring to a section of the research developed in the Interdisciplinary Master in Culture and Society at the Federal University of Maranhão (PGCult / UFMA). Results in the discussion of the concept of artistic-cultural occupation and brings data on the performance of four occupations active in the Historic Center of São Luís, Maranhão, describing their main actions and contributions both for public cultural policies and for the preservation and revitalization of heritage cultural. It concludes the need for further studies on the subject, given the necessary discussion about the right to the city, demonstrating how the resignifications of public space are configured as powerful tools for the democratization of cultural goods.

Keywords: Artistic-cultural occupation. Cultural heritage. São Luís do Maranhão. Cultural Policies. Occupation of Public Spaces.

INTRODUÇÃO

As configurações socioespaciais advindas dos processos de urbanização, dos impactos da globalização e da reorganização dos espaços públicos das cidades, impactam diretamente nos usos e funções sociais dados pelas representações individuais e coletivas comuns aos sujeitos que atuam diretamente no conjunto de ações sociais, políticas e culturais voltadas para a “população.

Compreende-se a noção de espaço enquanto um conjunto indissociável de elementos geográficos e naturais, aliados à ação humana e suas alterações no espaço habitado. Há uma dinâmica entre tais elementos que lhes confere especificidades, haja vista que as relações sociais, bem como as ações individuais e coletivas são carregadas de intencionalidades. Soma-se a isso, as imposições do sistema socioeconômico que, direta e indiretamente, subjugam e determina, tanto as subjetividades quanto as ações coletivas à lógica de produção e reprodução do capitalismo (SANTOS, 2017; MISSAGIA, 2015; HARVEY, 2005).

Dentre as formas de organização popular da sociedade civil, as ocupações artístico-culturais emergem como espaços de ressignificação da participação social ativa, tanto na agenda pública, quanto na oferta de serviços públicos, seja de lazer, entretenimento, serviços educativos e de formação profissional. Duran (2008) os considera enquanto coletivos formados por sujeitos ativos, com interesses de mudança social, que reconhecem os problemas sociais e propõem formas de solucioná-los, por meio de ações que possibilitam o acesso a bens culturais e, conseqüentemente, promovem o bem-estar social.

Diante da relação com o entendimento de cultura, o conceito aqui estabelecido alinha-se às dimensões propostas no Plano Nacional de Cultura (PNC) 2010-2020, haja vista seus aspectos simbólicos, econômicos e cidadãos. As três dimensões propostas buscam abarcar de maneira ampla o espectro da ação humana no campo cultural, social e político, por meio do reconhecimento da diversidade de manifestações simbólicas, da dinamização do desenvolvimento econômico e do incentivo à participação social no fomento ao exercício dos direitos culturais.

Da mesma maneira, Martins (2009) elabora o entendimento do patrimônio cultural a partir de sua dinâmica de reordenamento contínuo, mediante a compreensão das mudanças características do devir da história e da configuração dos espaços, determinando o que deve ou não ser considerado representativo para a memória e identidade de um povo e passível de salvaguarda pelos mecanismos de proteção e preservação dos bens simbólicos materiais e imateriais.

Nesse ponto, é importante destacar os impactos das políticas de preservação às comunidades que habitam esses lugares considerados patrimoniais. Autores como Almeida (2017), Peixoto (2010) e Fonseca (2017) apontam certos descompassos e desequilíbrios entre os interesses da população e os interesses do ente público, por vezes direcionados para a lógica do mercado, em tornar as cidades atrativas para investimentos, visitantes e grandes empreendimentos, ou seja, lucrativas.

Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de caracterizar as atividades desenvolvidas nos coletivos artístico-culturais e identificar as potencialidades de democratização dos bens culturais, bem como a formulação de políticas voltadas para suas ações. Acredita-se que as ações desenvolvidas pelos coletivos de ocupação buscam contemplar as dimensões estabelecidas pelas políticas públicas de cultura em nível nacional pois, de maneira autônoma e geralmente sem fins lucrativos, conseguem oferecer serviços públicos e gratuitos à toda a população.

O artigo está dividido em 5 seções. Além desta introdução, traz-se o percurso metodológico na seção 2, detalhando a escolha dos procedimentos, instrumentos de coleta e análise de dados.

A seção 3 apresenta os resultados e discussão, com base na literatura científica pertinente e descrição do objeto estudado. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais, como resposta ao objetivo geral da pesquisa e sinalização para novos estudos a partir da discussão aqui iniciada, seguida da quinta e última seção com a lista de referências utilizadas para a composição teórica deste documento.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa está no campo da ciência multidisciplinar com finalidade aplicada, a fim de dirigir-se à solução de problemas específicos de determinados recortes da realidade, e de caráter exploratório e descritivo, para compreender as relações de convivência a partir da ação de ocupação e buscar maiores informações sobre o propósito e motivações que impulsionam tais coletivos a manterem sua atuação ao longo dos anos (PRODANOV; FREITAS, 2013; MENEZES, 2015; SILVA, 2001).

A moldura teórica adotada nas discussões corresponde ao método crítico e dialético, o qual acredita não ser possível subdividir o conhecimento em áreas específicas e herméticas, mas sim compreender a interligação entre o sujeito e o objeto pesquisado, visando aproximar-se do núcleo essencial deste, pois torna possível a existência daquele. Em outras palavras, encaram-se as categorias operacionalizáveis do conhecimento como resultantes de abstrações advindas da realidade prática (ALVES, 2010).

Assim, trata-se de uma pesquisa de campo de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, de abrangência longitudinal. Segundo Gil (2002), o caráter exploratório imputa à pesquisa um planejamento flexível que contemple os variados aspectos inerentes ao fenômeno estudado, com o objetivo de aprimorar conceitos e desvelar instituições. Alia-se o aspecto descritivo com fins de salientar as singularidades dos grupos que compõem o objeto de estudo, a natureza das relações entre os agentes e sua atuação prática. Por sua vez, a abrangência longitudinal se refere a visitas contínuas, por determinado período, que propiciam a aproximação necessária entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa dando-lhe maior familiaridade e permite maior liberdade de relacionar as variáveis existentes em determinada população ou fenômeno.

Este trabalho se desenvolve na linha de pesquisa “Cultura, Política e Identidades: projetos, gestão, análise e avaliação de políticas públicas de cultura” no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Este estudo faz uso de dados coletados na pesquisa de Mestrado intitulada “Usos da Cidade: ocupações artístico-culturais de espaços públicos patrimoniais do Centro Histórico de São Luís” (SANTOS, 2020), realizada no PGCult.

Em relação ao objeto de estudo, a fim de delimitar somente aquelas que funcionam com atividades artístico-culturais, excluindo-se equipamentos públicos de cultura e outros estabelecimentos de iniciativa privada, bem como priorizar as que atuam e impactam em espaços públicos patrimoniais integrantes da área compreendida como Centro Histórico de São Luís, adotam-se os seguintes critérios de inclusão e exclusão no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Critérios de Inclusão e Exclusão de participantes da pesquisa

Nº	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
01	Desenvolver suas atividades em espaços públicos em caráter de ocupação;	Desenvolver atividades em espaços públicos com cessão de determinada repartição pública ou privada;
02	Desenvolver atividades na ocupação de caráter artístico-cultural;	Fazer uso da ocupação exclusivamente para moradia ou outros fins que não contemplem atividades artístico-culturais;
03	Estar inserida no território de preservação histórica da área considerada Centro Histórico de São Luís.	Localizar-se fora do território de preservação histórica da área considerada Centro Histórico de São Luís.
04	Permitir a coleta de dados, total ou parcialmente: entrevista e registro fotográfico do espaço ocupado.	Não permitir a coleta de dados.

Fonte: Santos (2020).

A amostra corresponde a quatro ocupações existentes no CHSL, a saber: 1) “Coletivo O Circo Tá na Rua”; 2) “A Vida é uma Festa”; 3) “Fábrica de Artes” e; 4) “Casa do Sol Companhia de Artes”. A coleta de dados se deu por meio de observação participante, com conversações com integrantes das ocupações e registros visuais das atividades. A análise de dados se foca na compreensão da democratização dos bens culturais obtidas pela ressignificação dos espaços, pelos impactos das ações desenvolvidas e suas relações com o poder público e as políticas de cultura e patrimônio que incidem sobre os usos e funções dos espaços ocupados (CARDANO, 2017).

OCUPAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS: CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Rolnik (2015) define que a noção de ocupação tem origem no vocabulário militar, significando a tomada de um território seguida da instauração de uma estrutura de controle, fixa ou temporária, do espaço e de sua população. Portanto, as ocupações correspondiam à questão da soberania político-militar sobre um território em disputa. Embora inserido no campo da disputa política, o caráter artístico-cultural das ocupações estudadas neste trabalho apontam para uma outra concepção de uso do espaço público, sinalizando a necessidade de renovação ou reformulação do conceito de ocupação.

Nessa assertiva, a análise encontra quatro pontos convergentes na grande maioria dos trabalhos estudados. O primeiro deles corresponde à inquietação causada pelos espaços abandonados na cidade. Ghisleni (2017) aponta em sua pesquisa a potência desses lugares para receber ações artístico-culturais com caráter de questionamento da ordem vigente, por meio de uma “cartografia do abandono”. Sob a mesma ótica, Pereira (2016) coloca a iniciativa consciente dos jovens em ressignificar espaços públicos que não possuem uso definido pela urbanização, está intimamente relacionado com a descentralização das ações culturais, estruturadas com base no privilégio das áreas centrais em detrimento do acesso aos bens culturais pela periferia.

Por sua vez, Lopes (2016) constata, por meio da ação temporária em terrenos baldios nas cidades de Belo Horizonte e Fortaleza, como as ocupações artísticas podem transformar os vazios urbanos e agir no contrafluxo do sistema, que abandona tais espaços resultando na perda da sua função social, aproximando-se das colocações propostas por Martí (2017), nas quais os territórios de exceção do tecido urbano da cidade de São Paulo, principalmente na região do centro, são “vazios”, “abandonados”, chamados por ele de “ruínas urbanas”, por serem considerados inadequados aos processos de industrialização, comercialização, turismo, ou qualquer outra atividade de natureza lucrativa.

Ghisleni (2017) coloca as ocupações artísticas como enfrentamentos desses processos econômicos, ressaltando a atuação micropolítica dessas ações que estabelecem uma poética distante da especulação imobiliária e demais aspectos típicos da acumulação do capital e da economicidade do espaço público. Em perspectiva, Martí (2017) coloca como essas tensões influenciam o imaginário coletivo e incitam movimentos de ocupação que, com atividades por vezes consideradas ilegais, chamam a atenção e denunciam o abandono de espaços públicos patrimoniais da cidade.

Emerge então um segundo ponto de convergência: a tentativa de resistência à mercantilização dos espaços públicos. Diversos trabalhos denunciam o projeto de urbanização brasileira como algo pautado por e direcionado para os interesses econômicos, em detrimento das necessidades da população na utilização do espaço urbano. É recorrente a crítica a contextos de revitalização e desenvolvimento urbano que não consideram as práticas cotidianas das comunidades que habitam tais espaços.

Oliveira Neto (2012) problematiza a dinâmica das cidades do século XX onde, aprofundada no século XXI, a privatização e a sensação de insegurança nos espaços públicos suprimiram a convivência cotidiana das pessoas nas ruas, conduzindo-as para condomínios, shoppings, e todo tipo de lugar hermético e, invariavelmente, segregador (o acesso se dá pelo poder econômico). Nesse sentido, o ato de ocupar é visto como ação direta e estratégica de reivindicação do direito à cidade, questionando os modos de vida urbano produzidos pelo sistema de produção capitalista.

Em contrapartida, Teixeira (2008) traz um enfoque diferenciado das ações de ocupação artística no contexto do capitalismo. Parte-se do conceito de incubadora-artística, enquanto território de inovação artística e econômica, para refletir a distribuição territorial das ocupações artísticas no Brasil, alinhando a capacidade de criação delas com o potencial econômico inerente ao processo artístico. Em outras palavras, analisar a faceta econômica presente nas atividades de ocupação, haja vista a compreensão da cultura enquanto ciclo dinâmico da economia brasileira, em suas dimensões pública, privada ou social.

Silva (2019) também reconhece a potencialidade das ocupações artísticas, mas sob o ponto de vista pedagógico. Partindo do pressuposto da existência de um processo de aprendizagem oriundo de práticas coletivas e colaborativas no espaço urbano, buscou-se investigar as potencialidades pedagógicas dos atos de ocupação artística na cidade de São Paulo, visto que a cidade pode se tornar um campo de aprendizado e que a ocupação de determinados espaços vazios, esquecidos ou marginalizados, comumente ignorados pela administração pública, gera diferentes práticas de sociabilidade, o reconhecimento das necessidades e problemas da comunidade, seguido de iniciativas para solucioná-los.

Na tentativa de tornar a cidade matéria-prima nas mãos dos sujeitos que nela habitam, incentivando e possibilitando a efetiva participação social coletiva, “[...] criando “desvios” no

modelo de cidade-espetáculo para consumo. [...]”, Silva (2019, p. 59-60), traz a concepção de ocupação artística como uma estratégia de driblar a privatização das cidades e possibilitar que as pessoas usufruam de seus espaços. Algo que pode ser visto no estudo de Pereira (2016), no qual evidencia o lugar da juventude na ocupação dos espaços públicos, dando ênfase ao lugar ocupado na cidade de Aracaju, Sergipe, em resposta à reestruturação urbana da localidade. Trata-se das intervenções artísticas realizadas embaixo da ponte Aracaju-Barra, construída principalmente para escoamento da produção advinda desse bairro industrial do Estado.

Prática similar, mas pensando nas potencialidades artísticas, Konrath (2017) buscou pensar a ideia de ocupação enquanto ação crítica e reflexiva sobre a cidade. Pontua-se aqui o terceiro ponto de convergência: a arte como ferramenta de ação, mobilização coletiva e instrumento político para transformação social.

A partir da trajetória do artista Francys Aljys, do seu ponto de vista físico (espacial e temporal) e conceitual, a autora extrai as características de territorialização dos espaços urbanos e enxerga as ocupações artísticas como parte da dinâmica de transformação dos espaços, desterritorializando e reterritorializando-os para uso social pelos próprios agentes culturais. Em outras palavras, trata-se de repensar a cidade para além da mercantilização dos espaços e consumo dos locais por turistas e pelo mercado financeiro global (KONRATH, 2017).

Indo ao encontro dessa perspectiva, Lauda (2018) analisa, sociologicamente, a categoria chamada de “processo colaborativo” presente na organização das ocupações artístico-culturais para compreender as relações na sociedade entre arte e trabalho. Defende-se um resgate do conceito que foi apropriado e instrumentalizado pelo capitalismo desde a Revolução Industrial, sem cair na falácia do capitalismo flexível (uberização do trabalho). Em resumo, as ações das ocupações se contrapõem à perspectiva de trabalho moldada pelas políticas culturais brasileiras que respondem aos interesses do setor privado (vide critérios de seleção de projetos patrocinados via Leis de Incentivo), privilegiando produções alinhadas com seus interesses de marketing e propaganda.

A perspectiva dada ao ato de ocupar um espaço com arte, foca-se em questionar o acesso das pessoas aos espaços públicos por meio de ações artísticas pontuais que constroem uma poética diferenciada aos lugares e buscam ressignificar a passagem do público por ele. Yue (2010) pensa a ocupação temporária de espaços por meio do uso de imagens e sons em espaços públicos da cidade de Santo André, São Paulo, no intuito de reestabelecer ligações de sentido na experiência do espectador que consome a obra de arte.

Ao passo que Appel (2016) parte para a ação direta de transformação do espaço público com a prática do cultivo de um jardim a céu aberto, na cidade de Porto Alegre, como ponto de partida para a pesquisa entre experiências cotidianas e ações artísticas, entendendo analogamente a cidade como um bioma de cultivo e fruição de relações interpessoais, numa perspectiva transversal de ressignificação de sentidos entre os lugares recriados pelos jardins e as dinâmicas rotineiras exercidas pelos cidadãos nesses espaços.

A arte colocada enquanto ferramenta de crítica, reflexão e problematização da cidade e dos usos e funções de seus espaços aparece em muitos trabalhos, não somente pelo viés artístico, mas principalmente pelo caráter político que se desdobra de seus conteúdos. Jácome (2013) investiga as relações do Teatro com a cidade por meio da ocupação da rua e seu entendimento enquanto espaço cênico para o espectador e espaço teatral como campo das relações entre os atores e o público. Nessa dinâmica, constrói-se a possibilidade de

novas leituras das cidades, pois a ação teatral chama atenção dos cidadãos para lugares por vezes ignorados, modificando o olhar para as paisagens urbanas. Diferente de espetáculo realizados em teatros ou espaços fechados, a ação teatral na rua, em geral, é calcada com vigor político e social, incitando questionamentos acerca da estrutura da sociedade.

Ainda no Teatro, Pérez (2015) nomeia quatro categorias de ação para interação com o espaço urbano, com o intuito de compreender a cidade e as camadas de sentido que podem ser lidas e utilizadas dramaturgicamente na cena, não enquanto cenário passivo, mas como como cocriadora da ação teatral. Nesse sentido, a ocupação artística do espaço urbano se apropria do espaço de maneira que apreende a sua dinâmica e, de certa forma, negocia com ele sua utilização, impactando diretamente na concepção da obra de arte.

Mudando o segmento das Artes Cênicas, Correia (2013) pesquisa como as manifestações populares artísticas na linguagem da dança na cidade da Bahia subvertem a lógica hegemônica da cidade, que espetaculariza os espaços e segrega seus usos, a partir da categoria “ativismo político”. Por conseguinte, os atos de ocupação são considerados dispositivos capazes de modificar as relações de poder nos usos dos espaços, enquanto crítica direta à sedimentação e organização das cidades contemporâneas. Pela metáfora de “profanar a cidade”, busca-se dessacralizar as regras de uso e convívio do/no espaço público, pois são elas que promovem a marginalização socioeconômica e étnico-cultural.

Consoante, Louzada (2011) desenvolve uma perspectiva da inserção da dança no espaço urbano como potência para investigar as possibilidades que a cidade oferece, no sentido dela conferir outra qualidade ao espaço, transformando-o durante a ação artística. Embora efêmera, traz o debate acerca de formas de ocupação do espaço urbano para além do controle produzido pela rigidez da organização social, no intuito de promover pequenas, porém profundas, fissuras na estruturação da vida pública, visto que ela não contempla as vontades coletivas de uso da cidade pela população.

Compreendendo os atos de ocupação como materialização da prática democrática pela participação efetiva da população nas decisões do poder público, em detrimento daquela democracia formal, retórica e distante da população, Amaral (2014) elucida a potência da literatura enquanto ocupação artística na cidade do Rio de Janeiro como estratégia de ocupação de espaços excluídos do circuito cultural. Por meio da poesia, os ocupantes realizam saraus em diversos pontos da cidade, em resposta ao autoritarismo da Prefeitura do Rio que fechou vários equipamentos públicos de cultura.

Para fechar esse terceiro ponto, Ferreira (2017) propõe um conceito que corrobora nossa perspectiva da arte como ferramenta política. A essa forma de atuação no espaço público, o autor dá o nome de “ativismo”, para elucidar as ações coletivas artísticas com forte viés político e social, em defesa das minorias representativas, por meio da ocupação de espaços públicos com a proposta de construir alternativas de representação, processos de subjetivação, performances, e outras expressões artísticas com foco na justiça social de sujeitos marginalizados.

A partir desse contexto, desvela-se um quarto ponto de convergência entre as pesquisas: à observância das ocupações se colocarem como formas e ferramentas de resistência, oposição e contraposição ao modo de vida urbano institucionalizado. As práticas de ocupação artístico-cultural modificam a paisagem urbana, dando-lhe novas perspectivas de compreensão, apropriação e utilização do espaço público urbano.

Dentre elas, as consideradas artes urbanas ocupam um destaque significativo, com recorte especial para o grafitti. Nasser (2018) traz uma discussão pautada nos processos de resistência e regressão nas ocupações artísticas com uso do grafitti na cidade de São Paulo, região central. Para o autor, as intervenções produzem uma razão dialética de resistência entre os indivíduos e a sociedade, no que tange ao conflito entre a autonomia daqueles e a tentativa de dominação desta. Tal tensão gera a elaboração de instrumentos institucionais para cerceamento da liberdade coletiva para que se encaixe na perspectiva da produção cultural administrada pela lógica econômica do capitalismo.

Monasterios (2011) aborda o diálogo entre os artistas e o espaço público por meio dos graffitis que compõem a paisagem urbana da cidade de São Paulo. Com foco nas áreas de Educação e História da Arte, a autora discute os atos de ocupação artística como apropriação simbólica dos espaços públicos, pelo discurso que questiona a quem são direcionados os interesses nos usos da cidade.

Corroborando essa assertiva, Chagas (2015), a partir do contraponto entre o grafitti e o “pixo”, discute como os sujeitos ocupam os espaços a partir de suas próprias vivências e interferem na paisagem urbana a fim de apreendê-la e se tornar parte dela. Constrói-se diferentes subjetividades, diferentes modos de habitar a cidade, e permitem práticas sociais que subvertem a lógica institucional dos espaços públicos.

É notório ressaltar as dimensões de análise propostas por Monasterios (2011) na caracterização das ocupações artísticas por meio do grafitti: artística, simbólica e urbana. A primeira se refere às convergências e divergências com o que se considera arte formal pelas instituições públicas e privadas. A segunda trata da apropriação do espaço público e do diálogo transgressor estabelecido com o desenho asséptico da cidade e, por sua vez, a última discute a influência das obras na paisagem urbana e os enfrentamentos advindos da criminalização da arte urbana.

O grafitti se demonstra uma obra de arte com viés crítico e questionador da condição urbana e do direito de uso da cidade, colocando-se como objeto social de resistência e fator de inquietação e reflexão das noções de territorialidade presentes no cotidiano urbano, desvelando suas contradições, enquanto agente político e ativo na construção do espaço público pela população, indo de encontro à noção de cidade pertencente ao poder público, que determina suas condições de uso (NASSER, 2018).

Vê-se como as intervenções artísticas temporárias interferem na percepção cotidiana dos usuários dos espaços urbanos, demonstrando como as ações coletivas tornam visíveis os problemas da cidade, geram reflexões sobre a participação social na sua gestão, e promovem a possibilidade de sua apropriação por parte da sociedade, em virtude de uma “[...] perturbação criativa dos fluxos urbanos normatizados, a partir do questionamento do que é, e da proposta do que deve e o que pode ser a vida na cidade. [...]” (PEREIRA, 2018, p. 31).

Em retrospecto historiográfico, ante as considerações supracitadas, Paim (2004) resgata iniciativas de coletivos artísticas que atuaram na cidade de Porto Alegre na década de 1990, demonstrando que os agenciamentos de artistas produzidos nesses encontros indicam o interesse em produzir obras de arte fora do circuito institucional, ressignificando o sistema de artes visuais por meio das interações das ações construídas nos espaços ocupados com as insuficiências da produção artística institucional em absorver as produções locais que não se adequam aos conceitos estabelecidos como “status artístico” pelo poder público e pelo setor privado.

O questionamento quanto ao lugar que ocupamos frente aos fatos sociais, implicaria em engajamento em algum sentido, provocando uma prática artística mais contundente. Na intenção em tomar uma posição a respeito da esfera pública, o artista passa assim a atuar em colaboração com propostas comunitárias, bem como com as pessoas com as quais convive, alimentando este convívio no funcionamento de sistemas colaborativos e de instituições sociais no qual também esteja inserido [...] não deve bastar para um artista o fato de agenciar propostas relacionais em arte, como o encontro pelo encontro, mas sim o de desencadear um processo artístico em compromisso social e político (APPEL, 2016, p. 117).

Por fim, alguns trabalhos arriscam um conceito determinado de ocupação artístico-cultural. A partir da etimologia das palavras “projeto” e “ocupação”, na perspectiva das Artes Visuais, Paim (2004, p. 26) elabora uma concepção norteadora para entendimento dos atos coletivos de ocupação, vistos como “[...] uma proposta que não encerra um único momento e que pode desenvolver-se em várias ocasiões que se interliga, pela experiência cumulativa e crítica de apoderar-se de diferentes espaços. [...]”. Nessa compreensão, é possível identificar o aspecto temporal de constância e continuidade inerente às ocupações, aliado à pluralidade espacial, que a autora chama de deslocamento, entendido como uma permanente mudança conceitual, territorial e operacional, colocando o fazer artístico em constante processo de realocação ou reorientação.

Gonçalves (2017, p. 7) parte de uma definição de ocupação cultural para sua pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, colocando-as como “[...] as estratégias de produção e ressignificação de espaços através da presença coletiva e de práticas significativas, ou seja, aquelas que incidem sobre os usos e a relação simbólica dos espaços com as formas de vida [...]”, materializadas por meio de saraus, performances, exposições, shows musicais, em intervenções urbanas em espaços públicos abertos (praças, muros, parques, ruas, pontes etc.) ou edificadas (prédios, casas, teatros, museus, casarões etc.).

Tais estratégias são possíveis, de acordo com Santos (2017a), pelo modelo de ação coletiva que ocupa espaços públicos com formas estéticas de contestação das desigualdades sociais, construindo o que a autora chama de “lugar político”, fruto da ressignificação do espaço público e da mobilização social resultante do agenciamento de artistas independentes, coletivos artísticos, partidos políticos e movimentos sociais. Para além do espaço público, essa estrutura organizacional impacta na politização dos sujeitos em seu próprio cotidiano.

Jung (2018), por meio de etnografia realizada com os estudantes das ocupações de escolas na cidade do Paraná (em oficinas, debates, atos, produção audiovisual, dentre outras atividades) compreende o ato de ocupação como um novo modo de fazer política, fortalecendo a noção de democracia. Com base no conceito prática modal, demonstrou, além dos resultados do ato de ocupar, os processos de socialização que ocorrem em seu cerne, estabelecendo o espaço público como cenário de lutas coletivas para reivindicações pertinentes ao tempo presente.

Denota-se a complexidade interna dos processos de ocupação artística, ao ponto de colocá-las como transgressoras das definições propostas pelos estudos que tentam normatizar e determinar o que deve ou são ser classificado como “movimentos sociais”, haja vista que: 1) negam as estruturas organizacionais (sindicatos, partidos políticos etc.); 2) modificam a ação política (substituem as passeatas, showmícios, por atos com linguagem predominantemente artística); 3) mudam o lugar da ação política (espaços de socialização, como ruas, praças e parques); 4) alteram a forma de liderança (em geral coletiva, sem a identificação de agentes porta-vozes da ocupação) e; 5) constroem sua atuação em rede (apartidários, os movimentos

negam a democracia representativa por meio de partidos políticos e se conectam a outros movimentos sociais) (SANTOS, 2017).

Com isso, após a análise dos trabalhos coletados nesta RSL, extrai-se algumas concepções fundamentais para a compreensão teórica do conceito de ocupação artística. Mediante a tabulação gráfica dos dados quantitativos das produções científicas do Brasil acerca do tema, pontua-se sua natureza interdisciplinar e sua origem advindas de respostas a contextos sociopolíticos instáveis, em geral resultando em quadros de injustiça social, retirada de direitos e mal funcionamento da administração pública para com os espaços urbanos.

Referente à análise qualitativa, a partir dos 4 pontos de convergência elucidados e dos poucos conceitos encontrados, pode-se considerar as ocupações artístico-culturais como um modelo de ação coletiva que se utiliza de práticas artísticas em espaços urbanos vazios, abandonados ou subutilizados, como ferramenta política de reflexão e mobilização da sociedade, a fim de promover plena participação na sua gestão e utilização, colocando-se como movimento social de reivindicação e resistência à mercantilização do espaço público pelo sistema capitalista, promovendo a prática da democracia direta, da cidadania e do direito à cidade.

Vale ressaltar que as ocupações artístico-culturais se utilizam de diversas mídias como ferramenta de mediação com o espaço e com os sujeitos que o ocupam. Foram observadas intervenções das Artes Visuais em áreas urbanas como a pintura, escultura, grafitti e recursos audiovisuais, performances, além de trabalhos em Teatro e Dança, atos políticos, manifestações da cultura popular local e ações diretas de modificação de espaços públicos. Compreende-se, assim, a mídia utilizada como qualquer suporte material que estabelece uma interface de sentidos entre os atos de ocupação e o público em geral (poder público, setor privado, instituições de qualquer natureza e comunidade), uma plataforma de interação e comunicação que se funde com o espaço público ocupado.

Longe de encerrar um conceito, esta pesquisa busca estabelecer uma concepção que direcione a discussão proposta e, principalmente, contemple, nas devidas proporções, a dinâmica prática das ocupações que compõem o objeto de pesquisa deste trabalho, criando condições teórico-metodológicas de compreensão do recorte da realidade, do contexto social, das relações de poder entre os ocupantes, o espaço, o Estado e a comunidade, com fins de contribuir para a democratização dos usos e funções sociais dos espaços da cidade e o pleno direito a acessá-lo por toda a sociedade.

OCUPAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

O Centro Histórico de São Luís carrega consigo a tradição de ter se tornado um espaço para encontro dos artistas da cidade, que em becos, ruas e casarões desenvolvem atividades dos mais diversos segmentos, como Teatro, Dança, Circo, Artes Visuais e Cultura Popular. Nesse contexto, enquanto epicentro da produção cultural local, o Centro Histórico torna-se palco das manifestações culturais que acabam lhe proporcionando ressignificações de seus usos e funções sociais.

Esta seção resulta da análise dos dados coletados nas 04 entrevistas com as ocupações artístico-culturais, somadas às notas de campo registradas em observação-participante durante as atividades realizadas pelas ocupações, tratadas como dados que se imbricam e atravessam entre si, na tentativa de contemplar a complexidade do contexto social analisado.

Os dados de campo se misturam com as experiências do pesquisador, haja vista a trajetória de ocupação com o Coletivo O Circo Tá na Rua, a prática da Produção Cultural e a habitação no Centro Histórico de São Luís. Vivências que não parcializam o olhar para o contexto, mas colaboram no seu aprofundamento e entendimento enquanto, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de investigação, aproximando-se, grosso modo, do paradigma emergente das Ciências, proposto por Santos (2018). A proposta do referido autor é se distanciar da forma de fazer ciência herdada da estrutura pragmática das Ciências Naturais e reconhecer o objeto pesquisado como uma continuação do sujeito, resultado direto de suas experiências que, subterraneamente, direcionam e determinam seus recortes de realidade.

Nesse sentido, aliam-se as práticas pessoais, profissionais e acadêmicas, enquanto subsídio de análise, somam-se dados coletados na participação em eventos promovidos pela comunidade científica e pelo poder público que trataram do Centro Histórico de São Luís, os quais serão apresentados no decorrer desta análise. Com temáticas referentes ao processo de revitalização e as determinações para seus usos, a participação neles permitiu estreitar a compreensão do discurso institucional que regem os caminhos e pautam as decisões políticas de preservação do patrimônio, da efetivação de políticas públicas e, tentam determinar o lugar que a comunidade deve estar em todo esse processo.

Esse conjunto de informações constroem um sentido científico quando elucidadas transversalmente às teorias de base das principais categorias de análise abordadas neste trabalho, como as concepções de espaço urbano, cidade, coletivos e ocupações artístico-culturais, patrimônio, políticas públicas e ademais conceitos que colaborem para a compreensão das ressignificações do espaço público patrimonial produzidas pelas ações das ocupações aqui estudadas.

Em resumo, e pontuando descritiva e pragmaticamente, elenca-se as principais características das ocupações que se alinham com a temática abordada. O “Coletivo O Circo Tá na Rua” promove treinos abertos e gratuitos em praça pública todas as noites de segunda-feira, oferecendo oportunidade de formação profissional na área fora dos espaços formais de ensino. As ações do coletivo geraram aumento do fluxo de pessoas na Praça Nauro Machado, incentiva a manutenção as artes circenses de rua, movimentam a economia local (formal e informal) além de, espontaneamente, colocar-se como atração turística diferenciada, haja vista o formato aberto e livre do acesso aos materiais de circo.

Por sua vez, “A Vida é uma Festa” caracteriza-se como um ponto de encontro de artistas da cultura popular nas noites de quinta-feira. Trata-se de um palco aberto com estrutura de som e luz para apresentações musicais e rodas de Tambor de Crioula, dança popular típica do Estado. Ao mesmo tempo que promove uma atividade de lazer e entretenimento gratuitos, a ocupação aproxima a população da produção musical local e de manifestações populares tradicionais.

A “Fábrica de Artes”, por outro lado, tem o formato mais “bairrista”, de comunidade. Trata-se da ocupação por moradores do bairro do Desterro de uma edificação outrora pertencente à uma fábrica de produtos de higiene e limpeza, que estava abandonado há mais de 40 anos. Grupos artísticos em conjunto com a União de Moradores do Centro Histórico de São Luís (UMCHSL) reivindicaram o uso do prédio e começaram a desenvolver atividades variadas para a comunidade: desde oficinas artísticas, espaço de ensaio para grupos, apresentações, reuniões de coletivos até a missas e cultos religiosos.

Com formato um pouco diferente das demais, a “Casa do Sol Companhia de Artes” apresenta um aspecto mais formal, apresentando-se em suas redes sociais como Associação Cultural, coordenada por um diretor de teatro com renome e ampla experiência na área, oferecendo cursos profissionalizantes para atores, além de trabalhos manuais em artesanaria.

Nesse sentido, as ocupações artístico-culturais no CHSL, emergem como fruto dessas tensões próprias do espaço urbano, atreladas à configuração apresentada nas políticas públicas e a relação da comunidade com seu patrimônio cultural. Enquanto área protegida em nível estadual, federal e municipal, o espaço em que tais ocupações se desenvolvem, carrega consigo os aspectos patrimoniais, de preservação e salvaguarda da memória, o que impacta diretamente na forma como se dá o uso do espaço público patrimonial.

CONCLUSÃO

As ocupações artístico-culturais se configuram enquanto novas possibilidades de ações de participação ativa da sociedade civil. Dessa maneira, renovam a figura do espaço nos movimentos sociais, saindo do lugar passivo de terreno de conflitos para o centro de geração de novas propostas político-sociais de engajamento e mudança social.

O ato de ocupar um espaço público em situação de abandono aproxima os sujeitos dos bens culturais que compõem seu patrimônio, estreitando os laços com a história e memória dos lugares, além de se tornarem participantes ativos na construção de novas formas de se relacionar com tais bens. O cidadão deixa de ser contemplativo e passa a ser ativo, proponente e executor de ações sociais, e políticas culturais para a população.

Em recorte, as ocupações do CHSL demonstram efetivo potencial na ressignificação dos espaços públicos patrimoniais do seu escopo, sanando déficits de investimento das políticas públicas de cultura e promovendo outras formas de se relacionar, dinamizar e, ao mesmo tempo, primar pela salvaguarda e preservação do patrimônio artístico e cultural que ocupa, dando-lhe outras funções e usos sociais.

Nota-se que, as ações coletivas desenvolvidas pelas ocupações O Circo Tá na Rua, A Vida é uma Festa, Fábrica de Artes e Casa do Sol Cia. de Artes ressignificam os espaços do Centro Histórico de São Luís de diversos modos, como mostram as alíneas supracitadas. O direito à cidade exigido nas ações coletivas perpassa pela concepção de espaço como um complexo indissociável de relações sociais e naturais, do ser humano com a natureza e dele com outros seres humanos, em uma tentativa de reforçar o valor de uso dos espaços públicos.

Pontua-se a importância da preservação do Centro Histórico de São Luís enquanto importante sítio histórico, que registra em sua materialidade a memória da formação política, econômica e cultural do Estado do Maranhão. Não obstante, cabe a gestão pública compreender o dinamismo inerente ao conceito de patrimônio, assim como à concepção de cultura, reconhecendo que o conjunto de bens patrimoniais edificados correspondem à uma herança histórica de colonização que, inevitavelmente, subalternizou as práticas culturais dos povos tradicionais, dos negros escravizados trazidos do continente africano e toda manifestação artístico-cultural das classes mais baixas de São Luís, preteridas pela elite cultural maranhense.

Isto posto, faz-se necessário repensar as diretrizes políticas de preservação do patrimônio, ao pautar o reconhecimento e salvaguarda da história do passado e, concomitante,

compreender a história que se faz no presente, na qual sujeitos habitam e atuam no Centro Histórico de São Luís. Assim como não direcionar os investimentos somente para empreendimentos de natureza econômica, mas também para aqueles de natureza social, contribuindo para manutenção do imaginário cultural de “Atenas” ou de “Jamaica” brasileira, pois nele cabe a riqueza da diversidade cultural de todas as classes sociais.

Dada tamanha riqueza, não seria possível esgotar com este estudo a complexidade que envolve os usos e funções sociais dos espaços públicos patrimoniais do Centro Histórico de São Luís. Sinalizam-se algumas possibilidades de novos estudos e pesquisas científicas que: a) acompanhem os programas de reestruturação e revitalização em andamento; b) mapeiem os vazios urbanos do seu conjunto arquitetônico e investiguem as possibilidades de usos, a fim de traçar estratégias que facilitem sua reativação; c) proponham a desburocratização para utilização dos espaços públicos referentes a atividades de cunho social, em benefício comunitário; d) reconheçam a relevância social presente nas ações das ocupações artístico-culturais, haja vista a oferta de atividades públicas e gratuitas; e) colaborem para a formulação de políticas públicas de cultura, bem como de equipamentos públicos, que contemplem as ações artísticas em formato de ocupação; f) dentre outras.

Ressignificar o espaço público patrimonial está diretamente ligado à garantia do direito à cidade, reconhecendo a sua dinâmica enquanto um projeto em construção coletiva, com participação das esferas pública, privada e sociedade civil. As ocupações artístico-culturais se colocam, em medida, como um termômetro sensível ao equilíbrio da relação dessas esferas, atuando em formato de protesto e resistência ao desequilíbrio de interesses que impactam o espaço da cidade, assim como um mecanismo de contínuo alerta para reflexão sobre o lugar que a população ocupa nesse contexto, ratificando a necessidade da participação social direta no campo social da disputa de poder entre tais agentes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maisa Fonseca de. *Processos urbanos de patrimonialização mundial: espaços de contradição e ressignificação dos tecidos urbanos patrimoniais*. 2017. 388 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-12012018-104350/pt-br.php>. Acesso em: 02 fev. 2019.

ALVES, A. M. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da Unesp, São Paulo*, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.

AMARAL, Luiz Eduardo Franco do. *A voz do boato: poesia falada, performance e experiência coletiva no RJ dos anos 90*. 2014. 298 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30208/30208.PDF>. Acesso em: 06 jun. 2019.

APPEL, Janice Martins Sitya. *Jardim: laboratório de experiências a céu aberto*. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/150918>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CARDANO, Mario. *Manual de Pesquisa Qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação*. Tradução: Elisabeth Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. (Coleção Sociologia).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Efrain Ferreira. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAGAS, Juliana Almeida. *Pixação e as linguagens visuais no bairro Benfica: uma análise dos modos de ocupação de pixos e graffiti e de suas relações entre si*. 2015. 166f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12663>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CORREIA, Verusya Santos. *Dança como campo de ativismo político: o bicho caçador*. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Dança) – Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13061>. Acesso em: 06 jun. 2019.

DURÁN, María-Ángeles. *La Ciudad Compartida: conocimiento, afecto y uso*. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2008.

FERREIRA, Glauco Batista. *Arte, ativismo e espaço urbano na Baía de São Francisco através das ações do Queer Women of Color Media Arts Project – QWOCMAP*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180901>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

GHISLENI, Camila Sbeghen. *A potência do abandono: políticas e contradições nas intervenções artísticas em espaços abandonados*. 2017. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Guilherme Neves. *De chão e portões: a ocupação cultural de um instituto psiquiátrico e as relações entre arte, política e espaço no contemporâneo*. 2017 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32672/32672.PDF>. Acesso em: 06 jun. 2019.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JÁCOME, Cecília Lauritzen. *Práticas de ocupação da cidade pelo teatro: um estudo a partir de grupos atuantes em Porto Alegre*. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72685>. Acesso em: 06 jun. 2019.

JUNG, Ana Emilia. *Arte Ocupação: práticas artísticas e a invenção de modos de organização*. 2018. Tese (Doutorado em Poéticas Visuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-04122018-171845/pt-br.php>. Acesso em: 06 jul. 2019.

KONRATH, Germana. *Às vezes fazer algo poético pode se tornar político e às vezes fazer algo político pode se tornar poético: a ocupação do tempo e do espaço na poética urbana de Francis Alÿs*. 2017. 247 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/169320>. Acesso em: 06 jun. 2019.

LAUDA, Luciene Zenaide Andrade. *O trabalho artístico em moldes colaborativos, e a utopia concreta dos teatros da ocupação cênica Hospital Psiquiátrico São Pedro*. 2018. 195 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/180578>. Acesso em: 06 jun. 2019.

LOPES, Júlia de Carvalho Melo. *Modos de estar juntos: os Lotes Vagos e a invenção do comum, do espaço e do tempo*. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15855/1/2016_dis_jcmlopes.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

LOUZADA, Marcelle Ferreira. *Corpopsaagem: dança e experimentações urbanas*. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/JSSS-8H8PVH>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MARTI, Silas de Souza. *Territórios de exceção: resistência e hedonismo em ruínas urbanas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-23062017-083413/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MARTINS, A. L. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In: LUCA, T. R.; PINSKY, C. B. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 281-305.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. *Habitar no centro histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife*. 2015. 294f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17045/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Larissa%20Rodrigues%20de%20Menezes.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MISSAGGIA, Juliana Oliveira. *Redução, Intencionalidade, Mundo: A Fenomenologia Husserliana como superação da oposição entre realismo e idealismo*. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6227/2/472472%20-%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2019.

MONASTERIOS, Sylvia Taina Sainz. *Arte ou ocupação? O graffiti na paisagem urbana de São Paulo*. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1831>. Acesso: 06 jun. 2019.

NASSER, Elias. *Arte e (R)existência: grafites na cidade de São Paulo à luz da teoria crítica*. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-24092018-102541/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

OLIVEIRA NETO, Sebastiao. *Situação Prestes Maia: o processo de colaboração entre artistas, coletivos artísticos e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Ocupação Prestes Maia/São Paulo (2003-2007)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-04042013-112114/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PAIM, Claudia Teixeira. *Espaços de arte, espaços da arte: perguntas e respostas de iniciativas coletivas de artistas em Porto Alegre, anos 90*. 2004. 342 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5579>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PEIXOTO, Paulo. *Patrimônios Mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura*. Material didático curso de e-learning Instituto Camões/CES Patrimônios de influência portuguesa, 2010.

PEREIRA, Renata de Mello Cerqueira. *O que acontece embaixo da ponte?: juventudes e ocupação de espaço público*. 2016. 77 f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/3201>. Acesso: 06 jun. 2019.

PEREIRA, Tatiane Fernandes Matias. *Coletivos urbanos, percepção e comportamento ambiental: um estudo de caso em Viçosa-MG*. 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/20620>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PÉREZ, Claudia Edith Álvarez. *Ações teatrais e dramaturgias do ambiente urbano: sobre o funcionamento da cidade como local cênico específico*. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado e, Artes Cênicas) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/116136>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROLNIK, R. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Alan Ferreira dos. *Diários de bordo: relatórios de uma prática investigativa da subjetividade e do mundo objetivo*. *Psicologia.pt*, 2018. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1173.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SANTOS, Donny Wallesson Dos. *Usos da cidade: ocupações artístico-culturais de espaços públicos patrimoniais do Centro Histórico de São Luís*. 2020. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/3093>.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 9. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Marose Leila e. *A cidade é uma escola: andarilhos em práticas urbanas coletivas*. 2019. 190 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2019b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182048>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. *Enfoques Epistemológicos da Pesquisa: algumas considerações sobre o Positivismo, Dialética, Fenomenologia e o Estruturalismo*. 200-. 13p.

TEIXEIRA, Nísio. *Diversidades convergentes: subsídios para modelo de sistema de informação em incubadoras artístico-culturais a partir de estudo comparado entre Brasil e Canadá*, 2008, 252 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/ECID-7NXHKX>. Acesso em: 06 jun. 2019.

YUE, Flavia Henlor. *Pausa*,. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Poéticas Visuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-18052012-150011/>. Acesso em: 06 jun. 2019.